



43ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA
22 de setembro de 2009 – 09h30
UMAPAZ Universidade do Meio Ambiente e Cultura de Paz
Av IV Centenário, s/nº Portão 7

PAUTA

Informes:

Informe sobre utilização do recurso proveniente do ajustamento de conduta homologado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo para o financiamento parcial do Projeto: “Fortalecimento do Controle da Qualidade Ambiental do Município de São Paulo” SVMA/ DECONT/ NGD

Expediente:

- I. Aprovação da ATA da 41ª Reunião Plenária ordinária do CONFEMA, de 11 de agosto de 2009;
- II. Aprovação da ATA da 42ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 25 de agosto de 2009;
- III. Sugestão de inclusões na pauta.

Ordem do dia:

- I. Apreciação e deliberação sobre aditamento de recurso para o projeto de implantação da Praça José Correia Picanço;
- IV. Apreciação e deliberação sobre projetos candidatos a financiamento pelo Edital FEMA Nº 07.

Anexos

- I. ATA da 41ª e 42ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA
- II. Parecer técnico de projetos candidatos do Edital FEMA 07: “Modificando o nosso ambiente” e “Água e óleo não se misturam”



Coordenadora Helena Magozo: Bom dia a todos e a todas, nós vamos dar início a 43ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, hoje é 22 de setembro de 2009 e a reunião foi transferida da UMAPAZ para Secretaria do Verde primeiramente por ser o dia mundial sem carro. Mas há uma grande possibilidade, estou endossando a possibilidade de a reunião vir para cá, definitivamente, pelo acesso facilitado. Vamos começar com a posse dos conselheiros eleitos como representantes do CADES no CONFEMA. Do segmento das Universidades no CADES, está vindo para o CONFEMA, a Regina. Regina, sinte-se empossada, você quer falar alguma coisa?

Cons. Maria Regina Braga Lagonegro: Eu só queria agradecer a oportunidade, eu sou representante do CADES, eu sou representante das Universidades, espero poder colaborar com esse conselho.

Cons. Mônica: Qual Universidade?

Cons. Maria Regina Braga Lagonegro: A Uninove.

Coordenadora Helena Magozo: O nome completo da Regina é Maria Regina Braga Lagonegro.

Maria Regina Braga Lagonegro: Isso. Eu sou arquiteta, o que eu puder colaborar nessa área.

Coordenadora Helena Magozo: Também, está tomando posse, ele está em uma comissão especial do CADES, o Francisco que é o representante da Secretaria de Negócios Jurídicos, que então é o suplente do CADES no CONFEMA. Ele justificou a sua não presença por estar participando de uma comissão especial. Vamos para aprovação da Ata da 41ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 11 de agosto de 2009, que os conselheiros receberam por e-mail. Os conselheiros que são favoráveis à aprovação da Ata permaneçam como estão. Então a **Ata da 41ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA foi aprovada por unanimidade**. Agora, aprovação da Ata da 42ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 25 de agosto de 2009. Os conselheiros que são favoráveis à aprovação da Ata permaneçam como estão. Então a **Ata da 42ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA foi aprovada por unanimidade**. Alguma sugestão de inclusão na pauta? Não. Então vamos para a ordem do dia. Primeiro, começaremos pela: Apreciação e deliberação sobre aditamento de recursos para o projeto de implantação da Praça José Correia Picanço, na área da subprefeitura de Perus. Eu queria só dar uma informação a vocês que da última vez quando nós estivemos aqui, na deliberação sobre dois ecopontos da subprefeitura de Pirituba houve, sobre inspiração da Mônica, um posicionamento do Conselho em relação a maior sustentabilidade do projeto e nós tivemos um encaminhamento em relação a isso, nós conversamos com a subprefeitura, conversamos com a LIMPURB que liberou alteração no projeto, garantindo a questão da operacionalidade do equipamento, a questão da manobra do caminhão, a questão do tamanho dos containers, eles não colocaram qualquer objeção a questão de se buscar uma sustentabilidade maior. Então a subprefeitura está se ajustando a essa deliberação do CONFEMA, depois nós trazemos aqui o projeto ajustado. Nós ficamos animados porque talvez seja uma perspectiva demonstrativa para outros que cheguem aqui, pelo menos sobre os que estão na nossa governabilidade, para atenderem também a essa qualidade, essa condição. Rubens, você quer falar desse projeto da praça?

Rubens: Bom dia, a implantação da Praça da Rua José Correia Picanço já está naquele rol de projetos pré-aprovados pelo conselho, para aplicação dos recursos de créditos de carbono na região de Perus e Pirituba. Essa praça, a obra já está em andamento e o valor total da obra é de R\$ 311.296,01, no entanto a subprefeitura re-encaminhou para nós um pedido de suplementação no valor de R\$ 52.374,89, essa suplementação de recursos se refere à iluminação porque quando foi feito o projeto à tabela de Ilumi era uma, e quando se contratou já era um outro valor, então teve reajuste na tabela de Ilumi. Houve durante a operação a necessidade de escavação e preparo de caixas para colocação de pisos intertravados que é um padrão da prefeitura, também houve uma solicitação dos moradores, por uma questão de segurança, da colocação de guarda corpo, são aqueles canos para proteção, porque a praça fica em uma região de talude e oferece um risco muito grande, por uma questão de segurança também foi solicitado pela população e o subprefeito



entendeu viável e incluiu no projeto. Também por solicitação dos moradores, foi pedida a colocação de areia fina em uma quadra esportiva e alguns serviços complementares de acessibilidade como rampas, a própria placa de inauguração, a remoção de entulhos gerados por esses ajustes na praça e a instalação de mais uma prancha de exercícios físicos na praça. Eu tenho aqui os valores discriminados em cada um desses itens, mas o total perfaz de R\$ 52.374,89. O projeto e a justificativa estão aqui no processo, fica a disposição dos conselheiros e eu não sei se alguém gostaria de fazer algum comentário ou dar vistas ao processo, está aqui a disposição, mas em suma esses itens que eu falei eu até descrevi aqui para facilitar um pouco na hora de colocar, se não houver comentários passamos.

Cons. Mônica: Eu tenho algumas perguntas.

Rubens: Pois não.

Cons. Mônica: Pensando que estamos gastando dinheiro de crédito de carbono, o que esse projeto tem de diferencial em questão de uma construção mais sustentável? Do padrão que se usa no normal aqui no mundo, na cidade, porque como eu coloquei na reunião passada em relação aos ecopontos, se fizermos uma praça igual a todas que são feitas sem qualquer diferencial, eu quero saber quais são os diferenciais. Iluminação, é de energia solar? Ou vamos ficar consumindo. Como que é o piso? O que temos de diferencial para esse investimento, com esse dinheiro, que vem desse problema enorme. Eu só quero saber, porque se for para ficarmos apresentando coisas dentro do padrão do que já é feito.

Coordenadora Helena Magozo: Mônica em relação a esse rol de praças que estão sendo construídas em Perus, na verdade a questão desse aumento de áreas de lazer, áreas verdes para a população, tem sido um diferencial em uma região que pouco conta com recursos, inclusive para esse tipo de investimento, agora eu vi que o projeto conta com alguns itens que já são padrão, padrão DEPAVE, já temos incorporado as questões de sustentabilidade. Agora sobre a energia solar em si eu gostaria de ter uma posição, eu não sei se isso é viável, não está previsto mesmo, como é que está esse andamento em termos de uma maior incorporação desse equipamento, Hélio?

Dr. Hélio Neves: Talvez devêssemos pensar em dois aspectos na história da compensação da comunidade, primeiro eu acho que é a implantação de equipamentos que interessa a comunidade e é um ponto.

Cons. Mônica: Ponto importantíssimo. Mas, além disso, o que mais?

Dr. Hélio Neves: Esse "o que mais" na verdade é um adicional, é assim, o que podemos acrescentar aos projetos não apenas esse, todos os projetos que cuidamos e também aqueles que somos capazes de influenciar das demais secretarias, eu acho que nesse sentido uma coisa que possamos fazer, que não fizemos até aqui, no caso das obras de praças da subprefeitura de Perus, vai ter com São Mateus, Pirituba, Cidade Tiradentes, seria trabalharmos com o DEPAVE a preparação de um rol de quesitos que nos pareça importante para os futuros projetos, os passados não têm muito jeito, não dá para falar, para esse negócio e vamos refazer projetos porque tudo é tão demorado que se fomos começar do começo outra vez acaba sendo um prejuízo maior do que fazer, mas poderíamos pedir ao DEPAVE I, que já vem trabalhando bastante em incorporação de novos conceitos nos nossos parques inclusive, de como lidar com a questão da drenagem, de como lidar com energia, de como lidar com a água, acho que poderíamos pedir ao DEPAV I que prepare uma proposta de como lidar com isso e passem a ser requisitos dos novos projetos para as subprefeituras que pensem nos elementos. Nem sempre vai ser possível colocar energia solar em uma praça, depende, evidentemente, da localização, da capacidade que tem aquela comunidade de preservar o equipamento, eu acho que podemos preparar um rol de requisitos que devam ser pensados e idealizados quando se consegue um projeto de uma praça. E pedimos ao DEPAVE inclusive para trazer aqui essa conversa e acertar com as subprefeituras, com os técnicos da subprefeituras que fazem as licitações que incorporem esses requisitos.



Cons. Mônica: Dentro disso, aquela praça de esportes que temos agora do lado do cemitério no Dr. Arnaldo, como chama aquele lugar? Zilda Natel. Eu acho que aquilo é um super exemplo bom de utilização pública do espaço. A noite ali era super perigoso, hoje em dia, é super bem freqüentado, então a mudança é total. Aquele padrão de qualidade de vida, não estou falando somente dos aspectos também ambientais, mas assim de equipamentos, coisas fortes, boas e legais para os jovens brincarem e se divertirem. Aquilo ali, deveríamos também incorporar com essa questão da qualidade de vida.

Coordenadora Helena Magozo: E tem uma questão, por exemplo, importante que foi aprovada aqui no CONFEMA um projeto de zeladores de praças, para essas regiões de créditos de carbono, que é um elemento importante nesse caminho do cuidado e da apropriação da população daquele espaço e daquela praça. Isso foi também aqui aprovado, como tínhamos esse recurso de crédito de carbono, prioritariamente para essas regiões que tem esse recurso. Mais alguma complementação? Vamos para a deliberação? Os conselheiros que são favoráveis à aprovação desse aditamento de recurso para a Praça José Correia Picanço, em Perus, permaneçam como estão. **O Aditamento de recurso para a Praça José Correia Picanço foi aprovado por unanimidade.** Agora, vamos deliberar sobre projetos do Edital FEMA nº 7, na verdade vamos deliberar sobre dois projetos. Vocês devem estar lembrados, logo no início que o edital foi lançado, à medida que as avaliações estão acontecendo e que tem um posicionamento, tem o recomendado pela CAV, pela Comissão de Avaliação Técnica, não recomendado, e nesse recomendado e não recomendado, tem uma possibilidade da CAV estar solicitando complementação, quer dizer, vem para o CONFEMA quando já houve resposta e avaliação dessa complementação, essa complementação ela tem esticado muitos prazos mas acordamos que ela era fundamental no sentido de dar mais possibilidade para as entidades fazerem as correções e serem aproveitados os projetos bons que às vezes por uma questão informativa ou não tão determinante se não pudéssemos pedir complementação, não seriam recomendados. O que acontece é o seguinte: Nós estamos com alguns projetos aguardando complementação e a previsão é que na próxima reunião do CONFEMA nós já tenhamos um bloco maior de projetos a serem deliberados. Na ordem da chegada, nós já tínhamos um primeiro projeto que chegou muito antes dos outros projetos que foi deliberado, foi recomendado, foi aprovado aqui e hoje nós vamos para a deliberação de dois outros projetos, que seria então: Modificando o Nosso Ambiente, da Associação Campestre de São Paulo, e outro projeto é Água e Óleo Não se Misturam, do Ministério da Semente. Nós estamos abertos ao posicionamento dos conselheiros. A síntese, a verdade é importante lermos a síntese por uma questão de operacionalidade, mas o acesso sempre está livre e é fundamental elemento para análise dos conselheiros, porque a deliberação cabe aos conselheiros, a recomendação ou a não recomendação é um subsídio técnico para ajudar a deliberação, mas a deliberação é autônoma desse conselho. Inicialmente faço observações a respeito do trabalho. Quem avalia os projetos, no caso do Edital 7, quem tem a coordenação da avaliação dos projetos é o Departamento de Educação Ambiental e Cultura de Paz, ali é que se coordenam as CAV's, com a participação dos núcleos da cidade toda, mas quem coordena é o Setor Técnico de Educação Ambiental. No DPP, gestamos as etapas para organizar e chegar até aqui para a deliberação de vocês. Vamos à síntese: "O projeto da Associação Campestre propõe trabalhar o olhar, como forma de reflexão e mudança de atitude priorizando as intervenções imediatas que promovam alterações e possibilitem o registro fotográfico dos diferentes momentos do trabalho com crianças e adolescentes, é uma ferramenta interessante se considerarmos que são seres em desenvolvimento e necessitam de resultados imediatos para abraçarem a causa, por outro lado não podemos perder de vista que a conscientização se dá a partir de resultados duradouros e mudanças gradativas, tanto no ser quanto no ambiente onde se vive. Pelo assim exposto a CAV recomenda esse projeto por atender ao conjunto de critérios de seleção do FEMA". Tem também toda uma avaliação dos quesitos que são: Apresentação: clareza; Objetivos gerais: clareza da formulação; Objetivos gerais: compatibilidade com educação ambiental; Objetivos específicos: clareza na formulação; Objetivos específicos: coerência com um objetivo geral; Metodologia: clareza; Metodologia: compatibilidade com educação ambiental; Perfil da região: expressão do conhecimento; Perfil da população: focalizada; Expressão do conhecimento atividades e justificativas em relação ao perfil da população beneficiada: coerência com os objetivos e perfis; Metas quantificadas: coerência com os objetivos; Indicadores de realização: coerência com os



objetivos e metas; Quadro de profissionais envolvidos: adequação as atividades e metas; Formas de avaliação da satisfação do público atendido: coerência com objetivos e metas; Orçamentos por atividades: coerência com objetivos e metas; Cronograma de execução financeira: coerência com metas; Valor do projeto: coerência com objetivos; Contrapartida da instituição: dentro do orçamento e a avaliação geral do projeto que totalizou então 19 pontos nesses itens e com esses parâmetros que eu coloquei. Com a contrapartida soma R\$ 115.160,48, o limite máximo do projeto para esse edital é de R\$ 120.000,00, a contrapartida tem que estar incluída dentro desse valor. O valor é o valor do projeto mais a contrapartida, então é R\$ 115.160,48, mas está tudo à disposição. Está aberto para o posicionamento dos conselheiros. Vocês querem um tempo para avaliar esse e outro projeto, depois retomamos?

Dr. Hélio Neves: Deixa eu falar uma coisa, temos feito um esforço de trabalhar com os nossos núcleos descentralizados e com a UMAPAZ, para que esses projetos não sejam projetos soltos, e que se busque alguma maneira de articulá-los no plano de trabalho do núcleo de gestão descentralizada e na educação ambiental do núcleo. Porque um monte de projeto solto pode ser interessante mas eles acabam não tendo essa capacidade de gerar uma compreensão mais geral do que está acontecendo na cidade, de se potencializar mutuamente, que às vezes um projeto de alguma maneira conversa com outro se potencializa, facilita o andamento das coisas, esse é um trabalho que estamos buscando fazer, temos tido alguns encontros com os núcleos, com a UMAPAZ para tratar dessas questões. Apenas para informá-los de um esforço, nesse sentido, que estamos fazendo.

Cons. Mônica: Eu cheguei mais cedo e li o projeto, podia fazer algumas considerações? Primeiro o local da realização do projeto é de muita importância que é lá em um lugar muito distante, em uma escola que mais parece um lixão do que uma escola, realmente pelas fotografias, pelo contexto é muito importante ser realizado isso. Mas eu estava olhando o parecer, o primeiro e o segundo, porque houve reajuste, e no caso fala em relação a equipe, o conhecimento, a capacidade da equipe de fazer aquilo que ele está se propondo a fazer. E nos dois projetos são as mesmas pessoas e mostram os cursos que elas fizeram, elas fizeram os cursos, mas eu acho que no currículo quando uma pessoa apresenta para desenvolver um projeto, não pode só ter o curso que ela recebeu. O que ela fez já naquela área? Aqui nos dois continua a mesma e mudou o patamar de avaliação. Eu li rápido também, cheguei aqui cedo. Eu queria saber uma coisa da própria prefeitura, da nossa, a coleta seletiva, a política pública de resíduos sólidos, o que estamos orientando para a população? É tudo junto seco ou ficar separando papel, plástico, vidro, metal? Qual é o posicionamento hoje? Qual que é a política? Porque se não tivermos esse tipo de definição fica ridículo pedirmos para as pessoas separarem papel com papel, plástico com plástico, com uma política de cooperativa que retira tudo. Porque estamos trabalhando aqui especificamente esse projeto, mas tudo bem, a consciência ambiental, mas mais focado com a questão dos resíduos. Eu quero saber qual que é o posicionamento da Secretaria em relação a isso?

Coordenadora Helena Magozo: Mônica, nós temos tentado uma articulação que às vezes gostaríamos que fosse maior, com a Secretaria de Serviços que tem a responsabilidade nessa questão da política. O que temos sido orientados, na questão final, é seco e úmido mesmo. Porque na central de triagem eles separam. O que percebemos é que há escolas, por exemplo, que ainda estão trabalhando nessa questão separado, mas didaticamente para estabelecer um hábito da diferença, mas é explicado e é colocado o que na hora do encaminhamento é junto. Há escolas que tem adotado a separação, não sei exatamente desse projeto, mas há o esclarecimento que é no sentido dos alunos incutirem com mais clareza esse entendimento do que é reciclável e o que não é reciclável. Eu não sei nesse projeto como a coisa se configura. Mas há algumas justificativas no sentido de se separar ainda, independente de depois juntar, mas é dito que depois se junta e se entende que a segmentação ajuda. É uma posição pedagógica. Agora a posição da prefeitura hoje, a orientação na cidade é secos e úmidos. Eu não posso ter uma posição diferente, inclusive pedagógica se em termos de gestão é isso que é feito, quer dizer, eu tenho que ter coerência com a gestão.



Cons. Mônica: Eu só queria confirmar, porque toda a concepção que viemos desenvolvendo em relação a ampliar a consciência ambiental na hora do descarte ou na hora do consumo em relação à questão, você realmente precisa educar as pessoas para elas saberem da onde vem, como é processado e para onde volta aquilo. Mas nós estamos em um pedaço no Brasil, em São Paulo, porque essa política de plástico, vidro e papel separadinho assim não é a realidade da nossa cidade. Porque não está explicado isso no projeto detalhado dessa forma porque é um projeto mais voltado para a área de comunicação, de trabalhar com fotografias, com diferenças, que é muito interessante, com a percepção visual. Mas na hora do orçamento, aparece saco de lixo das cores separadas. É isso que eu, batendo o olho, que eu nem ia olhar, me deter tanto no orçamento. Por isso que eu acho que talvez reorganizar isso, e uma coisa que eu não vi no projeto é a solução para onde que vai esse lixo que vai ser separado, porque, não dá para nós entrarmos na escola, falar para os professores, para as crianças, para coordenadora pedagógica, para diretora que tem que separar o lixo e não ter essa possibilidade real lá. E o diagnóstico, quando falamos do diagnóstico da região, vamos por nos projetos aqui do FEMA, é muito difícil você conseguir esse diagnóstico voltado para a ação que você vai desenvolver. Têm diagnósticos assim: "têm muitos passarinhos nas APA's", fala-se muito da área verde, mas vamos ver, em relação a questão, por exemplo, dos resíduos. Quem que passa lá, qual é a empresa que está comprometida ao recolhimento dos resíduos? Que cooperativa que existe? Isso dá um trabalho para fazer, para instituição, que ela não tem pernas, porque não existem esses dados. Eu me coloco muito assim no lugar deles estarem desenvolvendo esse projeto, e já vendo todos os problemas. Vamos sensibilizar as pessoas, tudo bem, pelo menos que se recolha o lixo. Tudo bem, fala que tem coleta seletiva, mas vamos trabalhar dentro mais da realidade, da possibilidade. Será que passa o caminhão do lixo ali? Pelas fotos não passa, ou se passa o pessoal... É nesse sentido que eu fico assim, que eu acho que o projeto tem que ter essa coisa assim do levantamento, passa o lixeiro, segunda, quarta e sexta, nessa e nessa escola, também vamos falar com o lixeiro, uma coisa assim mais articulada com o externo. Eu vejo assim, muito focado nas crianças, dando muitas responsabilidades para as crianças, menos com os educadores, e com o externo que seria quem operacionaliza é zero. E ação na verdade eu acho de educação, importante trabalhar com as crianças, mas saímos da escola, quem fica são os professores porque os alunos passam. Também uma ação mais, eles tem poucas reuniões com os professores e na minha experiência de educação, o investimento com essa mudança de mentalidade com os professores ela é muito importante. Eu acho importante, volto a falar, eu acho implantar coleta seletiva em escola sem ter o caminhão passando na porta, comprometido... Mais importante ter uma carta da coleta do lixo do que da escola, juro por Deus. Que é ali que o negócio pega. Estamos tentando fazer isso há dez anos, é em relação a isso que eu queria deixar aqui. Eu acho que elas deveriam estar apresentando plano para, independente de se tiver coleta seletiva ou não, vamos esquecer, que não passe, que é um lugar muito distante, que duvido que passe, ou até que tenha uma cooperativa lá, mas quantas vezes passa o caminhão de lixo? Como que vai ser feito isso?

Coordenadora Helena Magozo: É garantir a articulação.

Cons. Mônica: A operacionalização da limpeza do local. Porque o que eles mostram, tanto dentro como no entorno da escola é muito lixo. Tem que fazer mutirões, tem que recolher, mas quem que vai lá? A subprefeitura vai no dia do mutirão catar todos aqueles sacos, e acho que também não precisa ter, separar em sacos plásticos, coloridos diferente. Põe tudo em um saco preto, separa pedagogicamente, papel, plástico, vidro, conversa, faz todo esse trabalho, mas eu não acho necessário entrarmos nessa. Acho que é uma recomendação para o projeto caminhar nesse sentido.

Cons. Luiz: Uma observação. Pelo que eu li do projeto, do pouco que eu li do projeto eu acho que esse projeto visa realmente capacitar os alunos ou o entorno a requerer dos órgãos competentes a que isso passe a existir, se não existir, eu acho que nós estamos, é um projeto de ensino. Visa a colocar uma consciência ambiental dentro dos alunos, dentro das pessoas envolvidas de maneira a



que eles passem a exigir que esses serviços sejam realizados, e não ensiná-los a reciclar. Não é o objetivo deste curso fazer isso. Não vai ensinar ninguém a reciclar. Ele vai exigir de alguém que isso passe a ser feito. Essa consciência que esse curso pretende pelo que eu li e inculcar nos seus participantes. É o inverso do que nós estamos ensinando.

Coordenadora Helena Magozo: Mais alguém quer se posicionar? Vamos para a deliberação? Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto permaneçam como estão. **O Projeto Modificando o Nosso Ambiente, da Associação Campestre de São Paulo foi aprovado por unanimidade.**

Cons. Mônica: Mas dá para fazer essas ****

Coordenadora Helena Magozo: Eu acho que sim. Nós não avaliamos o projeto, mas concordo com o Luiz, de se chamar à consciência, à pertinência de ter ações públicas que tenham coerência com isso, eu não conheço o projeto, mas de todo jeito é isso, acho que esse princípio da coerência com o que é trabalhado com ação e com a parte que cabe ao poder público além do cidadão, porque uma parte que é do cidadão, e uma parte é do poder público e da organização local, isso tem que ser olhado no projeto, é isso.

Dr. Hélio Neves: Acho que a recomendação que fique bem estabelecido, como é que vai ser a destinação do resíduo selecionado, separado. Que eventualmente pode acontecer de não precisar da LIMPURB, pode ser que a cooperativa vá retirar.

Coordenadora Helena Magozo: Sim, sim, mas ter consequência.

Cons. Mônica: Pode ser que a prefeitura vá, se vocês olharem para a fotografia é muito lixo. É muito lixo mesmo. Só assim, vão ter que fazer uns mutirões, com certeza, para dar a primeira, porque parece um lixão, dentro e fora da escola. Mais operacionalizar a relação com o poder público local.

Coordenadora Helena Magozo: Ou com as entidades, né?

Cons. Mônica: É, com a comunidade local, com o governo local.

Coordenadora Helena Magozo: Vamos para o segundo projeto: Água e Óleo Não se Misturam, do Ministério da Semente. Eu não vou repetir todos os itens. Só para explicar qualitativamente, nós temos nove itens considerados, daqueles todos que eu dei, vocês podem estar olhando, fraco, regular e bom. Síntese das observações a respeito do trabalho. "Não há coerência entre a visita ao Parque do Carmo com os objetivos gerais e específicos. As visitas às escolas não foram contextualizadas, não há clareza quanto à duração do curso, número de horas, quantos alunos participarão e a ainda como será feita a divulgação e inscrição. No item orçamento de horas educadores, não foi justificada a contratação dos auxiliares administrativos e gerais e do professor de informática. Não há coerência no orçamento de material de consumo com a proposta. A contrapartida apresentada é igual ao quadro de horas educadores, diferenciando apenas nos valores. Pelas razões descritas acima a CAV não recomenda esse projeto". Bem, está aberto à fala dos conselheiros.

Cons. Mônica: Eu dei uma lidinha rápida no projeto também e essas pessoas estiveram no dia da reunião das ONG's para participar aqui do Conselho, eles estiveram presentes e eu acredito que deveria ser feito não uma vetação total porque eles estão trabalhando em áreas da periferia, eu acho que devia dar a mão e ajudar eles a reescrever esse projeto, contextualizar melhor e reenviar em uma próxima oportunidade.

Coordenadora Helena Magozo: As regras estão colocadas no edital. Podemos até em um próximo edital estar discutindo aqui e incorporar uma outra possibilidade de reajuste, estamos abertos para isso, mas não temos outra forma de parametrizar que não seja o edital.



Cons. Mônica: No caso do outro projeto, vocês pediram esclarecimento, a equipe técnica pediu esclarecimentos, eu acho que deveriam ser pedidos esclarecimentos em relação a esses itens para essa também. Porque também são lugares assim bem de periferia, seria interessante desenvolver esse trabalho de coleta de óleo, de consciência ambiental, a equipe aqui pelo que eu vi é mais qualificada do que a anterior para desenvolver, tem professores da Paula Souza, da Faculdade São Judas Tadeu, das ONG's, eu acho que poderíamos pedir um termo de ajuste e reavaliar, assim como foi dado para a anterior.

Coordenadora Helena: Vamos escutar os outros e veremos como podemos encaminhar isso, vamos pensar. Luiz.

Cons. Luiz: Gostaria de fazer uma pergunta ao Rubens. Foi dada a chance de eles se ajustarem a esse projeto?

Coordenadora Helena: Posso responder o seguinte: O grupo que avalia tecnicamente... Fale Rubens.

Rubens: A comissão de avaliação ela pode solicitar ou não esse ajuste, dependendo da análise que é feita do projeto. Quando o projeto apresenta condições de ser aprovado e são pequenos ajustes, de ser recomendado, mas que esses ajustes, são pequenos ajustes, às vezes um ajuste de valor ou um ajuste de alguma metodologia, é possível pedir o ajuste. Quando o projeto apresenta problemas, ou de mérito ou problemas que comprometem a realização do projeto, a comissão ela pode não recomendar de imediato sem estar pedindo ajuste. Existe essa diferença. Nesse caso a comissão não chegou a pedir o ajuste do projeto talvez pelos problemas que foram apresentados comprometerem o andamento do projeto.

Cons. Luiz: Inclusive prazo.

Coordenadora Helena Magozo: Está aberta aí para os outros conselheiros.

Cons. Mônica: Eu estou procurando esse negócio do Parque do Carmo, porque eu não sei onde eles viram isso. Eles falam aqui, a equipe, que tem uma coisa da visita ao Parque do Carmo que não está, só que no projeto eu não achei nada escrito do Parque do Carmo. No projeto que eles enviaram.

Coordenadora Helena Magozo: Você não viu nada em relação ao Parque do Carmo, é isso?

Cons. Mônica: Eu não vi.

Coordenadora Helena Magozo: Mônica, como eu entendo, podemos estar conversando juntas. Na verdade é o seguinte: A CAV fez a avaliação da recomendação. Os conselheiros têm autonomia, prerrogativa de aprovação ou não aprovação. Cabe um posicionamento dos conselheiros, e os conselheiros. A CAV já fez a parte dela.

Cons. Mônica: Não volta para trás, é isso?

Coordenadora Helena Magozo: Só cabe à CAV a avaliação e do ponto de vista técnico, a recomendação ou não recomendação. A deliberação é dos conselheiros. Agora é nesse nível que colocamos, a possibilidade de reajustes, agora, é no nível do Conselho, não é mais no nível da CAV.

Cons. Mônica: Mas eu acho que, talvez, temos um impasse, porque a equipe que avaliou não está aqui ninguém presente, para dar algum esclarecimento.

Coordenadora Helena Magozo: Nós podemos transferir para outra vez.



Cons. Mônica: E eu, na verdade como conselheira, o meu conselho de conselheira seria para tentarmos pedir ajustes para vir novamente isso aqui para avaliação. Se isso não é possível acho que fica difícil.

Coordenadora Helena Magozo: Mônica, eu vou propor o seguinte, que deliberemos, se esse Conselho entender que deva pedir reajuste, encaminharemos, mas isso tem que ser feito por uma deliberação do Conselho, o Conselho tem essa possibilidade. Tem esse poder e esse direito. Vamos agora primeiro, vamos para a deliberação e de acordo com a deliberação encaminhamos.

Dr. Hélio Neves: Tem uma questão que eu acho que precisa ter como premissa que é assim: Quando vai para uma equipe de técnicos examinar, entregamos para a competência técnica fazer a avaliação e tem uma orientação geral que é essa que é assim: Se o projeto é passível de melhoramento a ponto de ser recomendado, a equipe deve trabalhar nessa perspectiva. Agora sabemos também, nós não ter nunca uma homogeneidade de compreensão do que significa isso. Essas conversas que eu acabei de falar aqui nós estamos fazendo inclusive no sentido de, vamos tratar de aproveitar ao máximo possível, inclusive ajudar as organizações a se capacitarem mais. E isso nós tivemos já várias conversas nesse sentido e eu acho que não é muito produtivo, nós devolvermos para CAV e dizer assim, o conselho acha que não está adequado o modo como vocês procederam, e isso que diríamos, podemos dourar a pílula, mas é isso que vamos dizer, o procedimento deveria ser mais compreensivo, deveria ajudar mais a ONG a se organizar, resolver problemas. Eu acho que ou deliberamos, o Conselho delibera que sim, aprovamos a despeito disso, e o Conselho teria que dizer onde teria que melhorar, ou vamos ficar em um impasse pior, porque devolve para quem já disse, essa daqui me parece que não tem condições de prosperar. Teríamos que encontrar uma solução aqui no âmbito do próprio Conselho ou encaminhar para outra equipe técnica para examinar.

Coordenadora Helena Magozo: Independente dessa avaliação e das avaliações que vamos fazer dos projetos previstos em edital, eu acho que é muito importante que tenhamos encontros, por exemplo, dos conselheiros com as equipes técnicas em um momento futuro, para haver essa troca de posicionamento. De repente a Mônica colocou alguns valores que para ela são importantes de serem considerados em uma avaliação de um projeto, que pode até escapar da objetividade, mas deve ser colocado. Acho que essa troca entre quem avalia e os Conselhos, como que funciona, independente da avaliação desse edital, pensando em um outro edital, trocando experiências de vocês, conselheiros com as equipes, eu acho isso muito importante. Independente do casuísmo da avaliação e da pressão sobre esses projetos que estão sendo avaliados, eu acho isso muito importante. Como resolvemos em termos de edital essa questão que você está colocando, até que ponto pode-se dar valor, até que ponto é impeditivo? Porque nós tivemos uma experiência, nesse rol de projetos, nós tivemos alguns que foram super complicados, Mônica, no andamento do projeto. A entidade não respondia e o responsável falava que o projeto tinha sido aprovado daquela forma.

Cons. Luiz: Eu tenho uma observação a fazer a respeito desses projetos, não é a primeira vez que nós nos defrontamos aqui no CONFEMA com projetos, fracos em sua apresentação, não fracos de mérito, mas fracos em relação à documentação necessária, enfim aos requisitos, vamos chamar de burocráticos, não é a primeira vez que nós nos defrontamos com isso e todas as vezes que vem uma recomendação técnica do CADES dizendo: Esse projeto não é, vamos dizer conveniente, ela foi aceita aqui nesse conselho. Nunca houve um confronto. E eu acho isso salutar. Pelas duas seguintes razões: Primeiro essa organização pode se corrigir, ela vai saber o que causou a sua recusa, e pode participar na edição número oito, ninguém impede.



Coordenadora Helena Magozo: Nove, que o oito já foi.

Cons. Luiz: Nove, perdão, ninguém impede.

Cons. Mônica: Mas ninguém recebe essa informação aqui.

Cons. Luiz: Recebe sim, recebe a posição do Conselho. Ela pode perfeitamente corrigir para nove.

Coordenadora Helena Magozo: Tem dois momentos na complementação quando ocorre, ela recebe sim, e outra questão que é importante, nós precisamos aprimorar essa questão das oficinas de projetos o tempo todo, antes do lançamento do edital, é uma questão que inclusive tem entidades que estão se preocupando em estarem capacitando às entidades menores, que às vezes tem uma ação como você colocou super importante, fundamental, mas que não consegue, não é fácil escrever projetos. Agora temos uma questão de uma formalização que em um certo nível é importante, não é uma insensibilidade, mas é questão de como vamos caminhando para poder juntar essas competências com uma clareza mínima, e objetividade na escrita do projeto, não erudição absolutamente, que não dê condição, falamos para eles: não é apresentar projetos complexos que caracteriza um bom projeto, é colocarmos com clareza isso que estamos pensando. Mas não é fácil, acho que é um processo.

Cons. Cristina: Complementando o que o Luiz falou, não é nem a questão burocrática só, o que me preocupa é que falta método. Na hora que essa organização pegar esse projeto e ter a verba, ela vai patinar na execução, porque os indicadores não são claros e ela não consegue, assim, ela tem uma boa idéia, mas ela não sabe como fazer isso. E se minimamente ela não consegue escrever como vai fazer isso ela vai patinar, teria que ter uma recomendação para essa organização de que ela teria que aprimorar o método dela, porque ela coloca todos os bairros em que ela trabalharia, que ela atende, mas ela não mensura isso, não fala como ela vai fazer, nesse espaço de um, dois, de um ano, ela não deixa claro como ela pretende fazer isso e é por isso que o CAV, no caso ele disse, olha, não estamos entendendo quantas horas, como que isso vai ser feito? A idéia é interessante, mas não se diz como, a questão de método, que está faltando.

Cons. Luiz: *** a palavra da Cristina, nós já tivemos um caso aqui, uma idéia extremamente interessante inclusive *** e que a organização deu uma patinada e vocês se lembram muito bem disso, e que ocasionou a essa organização ter que devolver o dinheiro para prefeitura, foi o "fim da picada". Mas porque, porque essa organização não tinha a organização necessária, a metodologia, a organização para conseguir realizar aquele projeto, aquilo lá foi extremamente desagradável a todos.

Coordenadora Helena Magozo: Na verdade houve uma sustação. A entidade recebeu até onde desenvolveu o projeto, mas houve uma sustação.

Cons. Luiz: Foi a primeira e única, pelo menos que eu saiba, enquanto que eu estou aqui em dois anos que isso aconteceu.

Coordenadora Helena Magozo: Houve outra sustação, em que o projeto não havia começado.

Cons. Luiz: O que eu quero dizer que, voltando a coisa, que quando o órgão técnico se posiciona contundentemente ao contrário, acho que nós aqui, fica muito difícil conseguir colocar contra esse órgão técnico. Temos que dizer o seguinte: temos que informar essa associação que o mérito dela é bom, que ela tem boas idéias, mas ela pode melhorar para o nº 9.

Coordenadora Helena Magozo: Vamos para a deliberação. Os conselheiros que são favoráveis à aprovação do Projeto Água e Óleo Não se Misturam, levantem a mão, favoráveis a aprovação. Os que são favoráveis a não aprovação do projeto nesse momento permaneçam como estão. Por unanimidade foi reprovado, alguma abstenção?



Cons. Cristina: Aprovado, mas eu gostaria de retomar um ponto, é uma discussão recorrente, ficamos com dó dos projetos, porque as idéias são boas e entendemos que tem que tentar viabilizar ao máximo. E dentro dessa ótica, quando foi lançar esse edital, foi colocada essa recomendação que em vindo um projeto com problemas, que se desse a oportunidade da entidade corrigir aquelas falhas. Eu entendo que deveria o CAV, independentemente, de aqui no caso não 9, mas 10 itens que foram considerados inadequados ao atendimento mínimo do projeto, que ainda mesmo que o CAV olha o projeto, eu acho que o pessoal não vai conseguir, que seja formalizada a consulta, esses itens não estão bons. Vocês têm condições de melhorar isso? Para não ficar uma coisa assim, eu olhei isso aqui, acho que eles vão conseguir melhorar, porque é uma avaliação subjetiva, não sou técnica, mas passa que é uma subjetiva.

Coordenadora Helena: Tem uma questão prática. A Mara vai falar.

Mara: Mara, do FEMA. Acho que seria importante que se pensasse essa questão dos projetos mais como uma coisa de conjunto, um processo de médio e longo prazo também, que nós resolvermos salvar todos os projetos na primeira vez que eles aparecem, nós vamos ter uma imensa dificuldade. Porque, eu não tenho acompanhado essa avaliação, porque até eu nem tenho condições porque estou acompanhando do 6, mas quando se faz uma avaliação, é uma avaliação de viabilidade de implantação do projeto, a idéia pode ser muito boa, mas ela tem condições de ir para a prática e vingar? E dar certo? Porque, o projeto propõe metas, o projeto propõe objetivos, ele vai chegar lá, a administração pública vai disponibilizar R\$ 100.000,00 para essas pessoas administrarem. Às vezes em outros editais até mais do que isso. Que condições ela tem, essa instituição, essa organização de administrar esse dinheiro e chegar a executar o que ela se propõe? Se nós pensarmos em uma coisa mais de médio e longo prazo, em um processo mesmo de construção do FEMA e das entidades na cidade, então assim, isso que foi colocado, hoje está recusado o projeto, mas em um próximo edital, que esperávamos estar fazendo vários editais, ela pode, ela vai a entidade ela tem condições de vir aqui consultar, é público o processo, ela pode ver os problemas, muitas fazem isso, ela pode reapresentar esse projeto de outra forma e um processo mesmo de aprendizagem, de crescimento, tem o processo de aprendizagem mais imediato que é, devolvemos pedindo ajustes, mais imediato, mas em médio prazo tem esse outro, a longo prazo tem entidades que apresentaram duas ou três vezes um processo em ajustes, nós temos que ficar fazendo resposta para a assessoria jurídica por causa disso, porque foram pedidos ajustes, apresentou em outro edital, pedimos ajustes, mas que tanto ajuste, até ficar explicando o processo, e isso para as comissões de avaliação que participam das áreas de proteção ambiental, dos editais das áreas de proteção das áreas ambientais, é muito claro, porque lá é importantíssimo que aquelas entidades se fortaleçam, não só as de fora, mas que as de lá se fortaleçam. Eu acho que quando a comissão coloca, nem pede, eu imagino que assim, vai dar para ser dessa vez, porque nós vamos dar o dinheiro, e nós temos vários projetos que ficamos monitorando depois, a avaliação às vezes fica um pouco, essa vontade, vamos salvar, vamos salvar esse, não é possível, depois ficamos monitorando, não consegue, pensa em trezentos, mas não vai dar conta de trezentos, vamos ter que fazer ajuste vocês vão receber vários ajustes.

Coordenadora Helena Magozo: Só complementando Mara, acho que nós temos que ter uma aliança muito grande com o departamento de educação ambiental para que esta questão, por exemplo, das entidades que estão nesse processo de apresentar, às vezes de reapresentar, que tenha essa capacitação mesmo para a elaboração de projetos. Uma outra questão é que nós não temos recursos para aprovar, com grande certeza, dentro desses duzentos projetos, nós vamos avaliar os projetos recomendados e deliberados, sem ao menos pedir suplementação, agora de imediato eu te digo, que se todos os projetos fossem reavaliados, nós não temos recursos para metade deles. É uma coisa meio falsa, eu não posso exercer só a função pedagógica, também tenho que exercer a função pedagógica. Não temos condição de estar respondendo, complementando se não temos recursos para esses projetos todos. Não tem caixa para isso. Também é uma coisa um pouco falsa do ponto de vista de um fundo cuja função precípua é apoiar financeiramente esses projetos. Não podemos perder de vista esse nosso compromisso e nossa função, mas eu acho que é mais nas relações que fazemos com a Secretaria do que aqui, mais da "cutucação" mesmo, que exercemos nossa função pedagógica.



Dr. Hélio Neves: Outra coisa que andamos conversando, que precisamos ir refletindo aqui no fundo inclusive, nós já fizemos projetos para setores da cidade, das APA's, por exemplo. Pensamos projetos futuros em que se defina um território da cidade que precisa ser privilegiado e pensar em projetos desenhados para aquela região, ou para aquelas regiões. Com isso, inclusive pode dedicar mais atenção a capacitar mais essas organizações, tem um processo de capacitação, de preparação com eles dentro das nossas possibilidades de discutir o que é projeto, mostrar como faz o projeto, ter pessoas contratadas para trabalhar com eles nessa perspectiva, com isso saímos também dessa armadilha, que muito bem, é uma ONG de um lugar que precisa, de um lugar que temos que investir, mas que não está qualificada. E eu vejo aqui que não é um ou dois itens, mais da metade dos itens foram dados como fracos. Isso é uma demonstração de que tem uma fragilidade do conjunto, não é a fragilidade de um item ou outro, é do conjunto, eu acho que se pensarmos projetos para a parte extrema da Zona Leste, para a parte de cima da Zona Norte, eu acho que talvez consigamos fortalecer mais organizações como essas e com projetos desenhados para situação que temos lá.

Cons. Luiz: Eu vou me opor a suas palavras. Eu sempre fui um defensor e vou continuar sendo, que os editais sejam abertos e não colocados especificamente a APA's ou a Zonas, ou qualquer coisa assim, briguei por isso e vou continuar brigando que os editais sejam abertos a todos, porque se realmente os problemas na periferia que você se refere são imensos, os problemas das zonas nobres de São Paulo também são grandes, são imensos também, basta dizer, estamos falando em coleta seletiva, eu moro em um bairro que pode ser considerado nobre e a coleta seletiva inexistente. É uma vergonha. Mas é isso.

Cons. Mônica: Se não tem nos nossos bairros, imagine lá no...

Cons. Luiz: Lá esquece, certo, me coloco contra você.

Cons. Mônica: Eu queria complementar, até tenho um documento que tivemos que escrever outro dia uma carta, onde a nossa instituição atua. Eu mandei, e que temos projetos hoje sendo realizados efetivamente na região Zona Oeste e Sul. Já tivemos por toda região de São Paulo, é uma instituição de abrangência nacional, inclusive. Aí eu recebi um e-mail que eu tinha que optar, ou Zona Oeste ou Zona Sul, eu nunca mandei aquela carta de volta, porque eu não tenho como optar, porque se eu optar eu vou excluir um projeto.

Coordenadora Helena Magozo: Deixa eu contar o critério. Ela está falando da eleição das macro-regiões para o CADES. Como a eleição é regionalizada, colocamos para os fins da eleição a necessidade de opção das entidades por uma macro-região, como área de atuação. É óbvio que as entidades tem ações muito além daquela macro, para não haver duplicidade, para haver uma isonomia na concorrência, de repente uma entidade como a sua podia estar concorrendo em todas as regiões. Nesse sentido que foi colocada essa opção. Para os fins dessa eleição. O que o Defenda me colocou: "Nós defendemos a cidade inteira, como é que eu vou defender a Lapa?" Eu falei: "Quem que vai impedir vocês, de colocar o que for dentro do Conselho?". Agora minimamente a Lapa, vocês tem que representar. É esse o sentido, porque o olhar é o olhar do local para o global e vice versa, agora para os fins da eleição, para a isonomia das entidades no processo, nós colocamos esse critério, mas temos uma clareza de que isso não existe.

Cons. Mônica: Mas aí eu queria até fazer uma sugestão de funcionamento porque o CADES hoje ele deveria ser constituído por todos os "Cadinhos" ...

Coordenadora Helena Magozo: Isso é uma outra coisa.

Cons. Mônica: Mas eu só estou colocando porque nós estamos criando a mesma coisa que o comitê do alto Tietê tem em São Paulo. Quando reúne o alto Tietê é uma coisa e quando reúne que por subbacia é outra coisa e não dá, as partes têm que somar para fazer a força do maior.

Coordenadora Helena Magozo: Mas Mônica, deixa eu te contar. Quando foram criados os Conselhos Regionais como um fomento para a participação, os conselheiros (candidatos)



apresentam-se como pessoas físicas. Quando é um conselho deliberativo, por lei, tem que ser representação de entidades. Qual era a idéia do Secretário? A idéia do Secretário era que deveríamos estimular no nível da coletividade, mas que isso podia ajudar até pessoas físicas, que, por exemplo, não pertenciam a entidades, mas com o tempo iam se formalizando, para poderem chegar no CADES municipal. Tínhamos uma visão orgânica. Eu sei que não é muito fácil trabalhar organicamente em uma cidade do tamanho de São Paulo, mas, a idéia era essa.

Cons. Mônica: Não é que não está estabelecido, mas se não forem às mesmas pessoas, acaba acontecendo isso de não organicidade.

Coordenadora Helena Magozo: Mas o CADES, tem representação de entidades, é mais exigente em termos formais pois o CADES é deliberativo.

Cons. Mônica: Esse conceito de representatividade, eu acho que tem que ter muito cuidado para colocar porque quanto de fato eu represento quantas pessoas, a minha instituição, ou apenas aquele núcleo.

Coordenadora Helena Magozo: É uma questão do processo democrático e representativo.

Cons. Mônica: Eu não acredito na representatividade de fato, no mundo real que eu vivo eu não acredito nisso, mas tudo bem. O pensamento está focado nisso. Mas só voltando aqui para a questão da aprovação dos projetos e o nosso diálogo com a equipe de avaliação porque, por exemplo, eu volto a falar em um item específico em um dos projetos, não mudou nada na apresentação de um e de outro, mudou de fraco para bom, que é em relação a questão da equipe técnica. A mesma equipe que foi apresentada, o mesmo jeito no segundo foi a mesma coisa, e passou de fraco para bom, e só, que eu acho assim, quando você olha um projeto e olha o outro, alguma mudança tem que ter. E no caso aqui não tem projetos que essas pessoas já tenham coordenado. Não tem. Sempre as pessoas aqui foram prestadoras de serviços pontuais. Eu acho que coordenar projetos, realmente exige um "traquejo", uma formação, e, foi uma equipe que julgou um projeto e uma equipe que julgou outro. Nos dois projetos são duas equipes diferentes. É tão difícil avaliar é tão subjetivo e eu me coloco nessa posição porque estamos sempre e não tem uma linearidade mesmo, e é difícil você ter, é muito subjetivo esse tipo de projeto que lemos.

Coordenadora Helena Magozo: Temos feito algumas reuniões, para discutir um pouco esses critérios, para dentro do mínimo possível, você ter um alinhamento mínimo conceitual de critérios.

Cons. Mônica: Mas aqui em relação à equipe técnica desse projeto não houve qualquer modificação para mudar do fraco para o bom.

Dr. Hélio Neves: Quem avalia são equipes técnicas da Secretaria. E de um para outro tem uma mudança profunda de como entender as coisas. Além disso, tem um grau de subjetividade muito grande também, uma equipe pode conhecer quem está propondo, e sabe se aquilo que está dizendo corresponde ao que ele vê que acontece. E outro que não conhece. Isso existe, na prática existe. Quem não conhece pode dar um bom porque ele não sabe se, ou dá um ruim porque não sabe se é ou não é. O outro que conhece dá uma nota contrária porque já viu que aquilo é verdade ou não é verdade, na perspectiva do que está vendo assim, o sujeito diz que é capaz disso, mas eu vi que ele não conseguiu fazer. Uma, duas, quatro vezes, esse grau de subjetividade vai ter sempre, não tem como escapar disso.

Cons. Mônica: Olha, a UMAPAZ, uma época, eles pediram para encaminharmos o nosso currículo com todos os certificados de tudo que tínhamos feito, de trabalho, de formação, tal, e encaminhamos. Eu encaminhei, e acredito que muitas pessoas encaminharam. Há um banco de referência de pessoas que fazem as coisas nessa cidade com projetos nessa área específica de educação ambiental. Não foi feito, vocês se lembram disso?

Coordenadora Helena: Mas era para dar palestra, não foi? É outra coisa.



Cons. Mônica: É assim, no currículo você põem qualquer coisa, não tem qualquer comprovação. Essas pessoas que estamos aprovando os projetos nem coordenadora e nem a assistente dela nunca coordenaram nenhum projeto.

Dr. Hélio Neves: Mas veja, uma das vantagens de ter técnico da Secretaria, fazendo avaliação, tem desvantagens, mas uma das vantagens é que ele sabe que aprovado o projeto ele é que vai ter que dizer se o projeto está funcionando bem ou não. Ele tem um compromisso de futuro com o projeto, não é só aprova ou não aprova? Recomendo ou não recomendo? Ele sabe que na hora que der problema, porque a ONG não funciona é ele que vai ter que desatar os nós. Ou ele sabe que aquela ONG funciona e, portanto ele vai ter um aliado para trabalhar as questões de educação ambiental, essas coisas têm um grau de subjetividade muito grande, tem um grau de conhecimento diferente inclusive das pessoas, das ONG's, entre os técnicos e as ONG's, às vezes ter uma experiência boa favorece, às vezes não ter tido nenhuma experiência às vezes favorece, às vezes desfavorece, acho que também tem que considerar isso, é um trabalho que nós temos que fazer e estamos fazendo de convencer os nossos técnicos, inclusive estamos fazendo já nesse sentido, de que às vezes a ONG não está, o projeto não está completamente redondo, mas dá para arredondar, então tá bom, vamos buscar arredondar o projeto. E é isso que nós estamos fazendo.

Cons. Luiz: Eu quero lembrar, um fato interessante, há alguns meses atrás tivemos um projeto que quando foi apresentado foi unanimemente rejeitado, por que não tinha o menor sentido em termos de estarmos deliberando sobre ele, porque nós estávamos falando da sobre preservação do meio ambiente, e se vocês se lembram bem, era aqui representado pela prefeitura de Perus, da subprefeitura de Perus, e visando a castração de cachorros, você se lembra disso?

Coordenadora Helena: Não foi, vai ser reapresentado, não foi aprovado não.

Cons. Luiz: Eu queria só dizer isso, quando ele foi dito, unanimemente os membros desse conselho disseram isso aqui não tem nada a ver com isso. A veterinária veio defender. E defendeu com tamanha veemência, com tamanha profundidade, e ela convenceu que seria aprovado por vinte a zero, oitenta a zero, quanto tivesse isso é subjetividade, tudo subjetivo, porque, porque ela tinha um poder de comunicação e conseguiu nos comprovar que aquilo lá tinha a ver com o meio ambiente, sim. **

Cons. Mônica: A idéia era para castrar ou não?

Coordenadora Helena: Era um dos itens do projeto, a castração.

Cons. Mônica: Na situação que estamos, é tão absurdo que não tem nem o que pensar.

Coordenadora Helena: Então foi não aprovado por unanimidade. Se vocês quiserem colocar mais alguma coisa, o espaço está aberto. Obrigada pela presença de todos e todas. Há previsão de uma avaliação bastante grande na próxima reunião.